

CORREIO ECONÔMICO

POR MARTHA IMENES

Rafa Neddermeyer - Agência Brasil



IBGE divulga dados de consumo: alimento recua

Conta de luz pressiona IPCA. Já alimentos aliviam o INPC

A inflação medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) e pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) foram divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

O IPCA, que é a inflação oficial do país, teve leve alta de 0,26% em julho, ante 0,24% de junho, por conta da conta de luz. O IPCA acumula 5,23% em

12 meses, fora do centro da meta de 3%, com tolerância de 1,5 ponto percentual (p.p.) para mais ou para menos.

Já o custo de vida de famílias que ganham até cinco salários mínimos, verificado pelo INPC, fechou o mês em 0,21%, ajudado por produtos alimentícios, que caíram 0,38%. Este foi o segundo mês seguido de recuo médio nos preços dos alimentos.

Energia

A energia elétrica residencial subiu 3,04% no mês, representando o maior impacto individual no IPCA: 0,12 ponto percentual (p.p.). Esse subitem fez com que o grupo habitação subisse 0,91%. A bandeira tarifária vermelha patamar 1 é a principal causa da alta.

Indexador

O INPC é usado como indexador para cálculo de reajuste de salários de diversas categorias. O salário mínimo leva o INPC anual de novembro para chegar ao valor no ano seguinte. O seguro-desemprego, o benefício e o teto do INSS são reajustados com base no INPC de dezembro.



Divulgação

Cargos no IBGE são para pesquisas estatísticas

IBGE poderá contratar 9.580 temporários para pesquisas

O Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI) e o Ministério do Planejamento e Orçamento (MPO) autorizaram a Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) a contratar, por tempo determinado, até 9.580 profissionais.

Os contratados temporariamente farão pesquisas

estatísticas coordenadas pelo IBGE em todo o país.

Do total de vagas, 8.480 serão para o cargo de agente de pesquisas e mapeamento do instituto, responsável pela coleta de informações. Outras 1,1 mil vagas são para função de supervisor de coleta e qualidade para atuar no trabalho de campo dos agentes.

Duração

A duração dos contratos temporários será de um ano e poderá ser prorrogada por até três anos, de acordo com a necessidade do órgão para a conclusão das atividades.

O último processo seletivo para contratação temporária ocorreu em 2023, com 8.141 vagas.

Prazos

A etapa de análise curricular leva de 5 a 10 dias, a triagem de currículos de 5 a 10 dias, e as entrevistas podem levar de 7 a 10 dias para serem agendadas e realizadas, de acordo com o Indeed. Juntando decisão final e convocação, o período pode chegar a um mês.

Etapas

O recrutamento para a função dependerá de aprovação em processo seletivo simplificado, que geralmente é mais rápido que um concurso público. Nesse modelo, as etapas da seleção geralmente incluem análise de currículo, análise de títulos e, em alguns casos, entrevistas.

Seis meses

A portaria conjunta nº 58/2025 ainda estabelece que o edital de abertura de inscrições para o recrutamento deve ser publicado em até seis meses a partir desta terça-feira. A remuneração ainda será definida pelo IBGE, observando questões orçamentárias.

Mais de 52 milhões têm R\$ 10,6 bilhões para saque

Sistema de Valores a Receber já devolveu R\$ 11 bilhões a clientes

Marcello Casal Jr/Agência Brasil

Por Martha Imenes

Cerca de 52,6 milhões de brasileiros têm R\$ 10,6 bilhões disponíveis para saque em valores esquecidos no sistema financeiro, mesmo após retirarem R\$ 318,37 milhões em junho, segundo o divulgado pelo Banco Central (BC). No total, o Sistema de Valores a Receber (SVR) já devolveu R\$ 11 bilhões a clientes bancários.

Em relação ao número de beneficiários, até o fim de junho, 31,8 milhões de correntistas haviam resgatado valores, sendo 28,8 milhões de pessoas físicas e 2,9 milhões de pessoas jurídicas. Dos que não sacaram seus recursos, 48,1 milhões são pessoas físicas e 4,4 milhões, pessoas jurídicas.

A maior parte das pessoas e empresas sem fazer o saque têm direito a pequenas quantias, pontua o BC. Os valores a receber de até R\$ 10 concentram 64,59% dos beneficiários.

Os valores entre R\$ 10,01 e R\$ 100 correspondem a 23,97% dos correntistas. As quantias entre R\$ 100,01 e R\$ 1 mil representam 9,67% dos clientes. Só 1,76% tem direito a receber mais de R\$ 1 mil.

Cabe ressaltar que as estatísticas do SVR são divulgadas pelo BC com dois meses de defasagem, com a atualização de novas fontes de valores esquecidos no sistema financeiro.



Até o fim de junho, 31,8 milhões de correntistas haviam resgatado valores esquecidos

Cuidado com golpe

O Banco Central alerta correntistas a terem cuidado com golpes de estelionatários que alegam fazer a intermediação para supostos resgates de valores esquecidos nas instituições financeiras, e ressalta que não envia links para os correntistas por e-mail, nem WhatsApp ou SMS. Acrescenta ainda que não entra em contato para tratar sobre valores a receber ou para confirmar dados pessoais.

Apenas a instituição financeira que aparece na consulta do SVR pode contatar o cidadão. O banco também pede que nenhuma pessoa forneça senhas e esclarece que ninguém está autorizado a fazer esse tipo de pedido.

Para fazer a consulta, é preciso ter senha Gov

Para a consulta, não é preciso fazer login, basta informar o Cadastro de Pessoa Física (CPF) e data de nascimento do cidadão ou o Cadastro de Pessoa Jurídica (CNPJ) e a data de abertura da empresa, inclusive para empresas encerradas.

Já para o resgate dos valores é preciso ter conta Gov.Br nos níveis prata ou ouro e com verificação em duas etapas habilitada.

O dinheiro pode ser resgatado de duas formas: a primeira é entrar diretamente em contato com a instituição responsável pelo valor e solicitar o recebimento; a segunda é fazer a solicitação pelo

Sistema de Valores a Receber.

Em maio, o Banco Central inaugurou uma nova funcionalidade no sistema: a solicitação automática de resgate de valores. Com ela, o cidadão não precisará consultar o sistema periodicamente nem registrar manualmente a solicitação de cada valor que existe em seu nome.

Caso seja disponibilizado algum recurso por instituições financeiras, o crédito será feito diretamente na conta do cidadão. A solicitação automática de resgate é exclusiva para pessoas físicas e está disponível apenas para quem possui chave Pix do tipo CPF.

Fundo Amazônia: aporte milionário

O Fundo Amazônia anuncia aporte de mais R\$ 210 milhões, dos quais R\$ 150 milhões serão desembolsados para o programa União com os Municípios pela Redução de Desmatamento e Incêndios Florestais.

De acordo com o secretário-executivo do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA), João Paulo Capobianco, esse recurso será destinado a 48 municípios ha-

bilitados na região, entre os 70 prioritários para as ações dos programas.

“Há uma mobilização de todas as forças da sociedade e dos governos para fazer frente a esse desafio enorme.”

Os R\$ 60 milhões restantes serão investidos no projeto Prospera na Floresta, voltado a comunidades tradicionais para o desenvolvimento de atividades produtivas sustentáveis, como turismo e bioeconomia.

“O sonho é que, cada vez menos, esse recurso precise ser utilizado pelo próprio governo para fazer o fortalecimento das instituições de comando e controle, para que possam ser utilizados na bioeconomia, na indústria florestal e para que a gente possa fortalecer a pesquisa e desenvolvimento sustentável da região”, disse a ministra do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Marina Silva.

O anúncio ocorreu em

Manaus, quando a diretora Socioambiental do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Tereza Campello. O fundo é gerido pela instituição financeira.

De acordo com a gestora, a longevidade se dá pelos resultados positivos na conservação da floresta e também pelo modelo de governança, consolidado pelo Comitê Orientador do Fundo Amazônia (Cofa).

Preço do café cai pela primeira vez depois de 18 meses, aponta IBGE

Freepick



Preço do café recua após 18 meses em alta

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) revelou uma percepção que não era registrada no país há mais de um ano: depois de 18 meses, o preço do café moído recuou 1,01%. Nos 18 meses anteriores, a alta do produto chegou a 99,46%, ou seja, praticamente dobrou de preço.

Com o recuo de julho, o café soma alta de 41,46% no ano e de 70,51% em 12 meses. A inflação anual do café moído faz do item o segundo com maior influência de alta no IPCA do mesmo período (5,23%), respondendo por 0,30 ponto percentual (p.p.). Fica atrás apenas das carnes, que representam 0,54 p.p. (alta de 23,34%).

Queda de preço

Segundo o gerente da pesquisa do IBGE, Fernando Gonçalves, a queda de preço no mês passado é resultado da safra e não pode ser atribuída ao tarifaço imposto pelos Estados Unidos a produtos brasileiros.

“São números de julho”, diz Gonçalves, destacando

que a cobrança de 50% sobre produtos brasileiros que entram nos Estados Unidos, entre eles o café, só começou no último dia 6.

“[Em julho], já estava começando a colheita, uma oferta maior no campo. Pode ser efeito dessa maior oferta”, sugere o analista.

Com a colheita, mais café

fica à disposição para ser ofertado, fazendo com que a pressão provocada pela demanda dos consumidores caia e, consequentemente, os preços recuam.

Esse efeito, aliás, é um reflexo esperado também a partir do tarifaço, caso os produtores de café não consigam encontrar outros países que comprem o

produto brasileiro, uma vez que as tarifas vão encarecer o café e fazer compradores americanos pensarem duas vezes antes de adquirir o item.

“Tendo uma oferta maior do produto, a tendência é redução de preços”, opina Gonçalves.

Clima e China

Segundo a Associação Brasileira da Indústria do Café (Abic), a alta do café nos 18 meses anteriores a julho era explicada por fatores como eventos climáticos, que prejudicaram a safra do grão, e por maior demanda mundial, impulsionada pelos chineses, que aumentaram o consumo da bebida.

A China habilitou 183 novas empresas brasileiras de café a exportar o produto para o país. O anúncio foi feito pela Embaixada da China no Brasil nas redes sociais. A medida tem validade de cinco anos e entrou em vigor a partir de 30 de julho, mesmo dia em que os Estados Unidos assinaram a ordem que oficializou o tarifaço.